



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Outubro/2019

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição jalecos para Serviço de Perícias de Laboratório e Balística (SEPLAB/DPER/INC/DITEC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Material	Ident. CAMAT	Unid.	Qde	Especificação do material	Valor Máximo Aceitável (R\$)
1	Jaleco de manga comprida de cor branca	443246(tam.P) 443245(tam.M) 443244(tam.G)	PP, P, M, G, GG	40	<ul style="list-style-type: none">jaleco de manga comprida de cor branca, com costura e acabamento de boa qualidade;com comprimento abaixo da linha do joelho;confeccionados em tecido 100% algodão penteado, pré-encolhido e resistente;com gola do tipo “blazer”;com abotoadura frontal embutida;com punhos livres sem elástico;com bolsos frontais (02 na cintura e 01 na altura do peito);com aberturas laterais na altura da cintura para acessar bolsos da calça;com faixa para cintura regulável no verso.identificação no bolso superior composta pelo Brasão da PF, nome do Servidor e	2.693,20

					<p>“SEPLAB/INC/DITEC” bordado em cores. O nome do Servidor e “SEPLAB/INC/DITEC” devem ser bordados na cor preta.</p> <ul style="list-style-type: none"> • bordado na parte superior das costas: “PERITO CRIMINAL”, na cor preta.. 	
2	Jaleco de manga comprida de cor branca	443246(tam.P) 443245(tam.M) 443244(tam.G)	PP, P, M, G, GG	20	<ul style="list-style-type: none"> • jaleco de manga comprida de cor branca, com costura e acabamento de boa qualidade; • com comprimento abaixo da linha do joelho; • confeccionados em tecido 100% algodão penteado, pré-encolhido e resistente; • com gola do tipo “blazer”; • com abotoadura frontal embutida; • com punhos livres sem elástico; • com bolsos frontais (02 na cintura e 01 na altura do peito); • com aberturas laterais na altura da cintura para acessar bolsos da calça; • com faixa para cintura regulável no verso. • identificação no bolso superior composta pelo Brasão da PF, nome do Servidor e “SEPLAB/INC/DITEC” bordado em cores. O nome do Servidor e “SEPLAB/INC/DITEC” devem ser bordados na cor preta. • bordado na parte superior das costas: “PERITO CRIMINAL”, na cor preta. • bordado na manga esquerda: “Lab. de Análise de Traços”, na cor azul. 	1.346,60
3	Jaleco de manga	443246(tam.P) 443245(tam.M) 443244(tam.G)	PP, P, M, G, GG	20	<ul style="list-style-type: none"> • caleco de manga comprida de cor branca, com costura e acabamento de boa qualidade; • com comprimento abaixo da linha do joelho; • confeccionados em tecido 100% algodão penteado, pré-encolhido e resistente; com gola do tipo “blazer”; • com abotoadura frontal embutida; • com punhos livres sem elástico; • com bolsos frontais (02 na cintura e 01 na altura do peito); • com aberturas laterais na altura da cintura para acessar bolsos da calça; • com faixa para cintura regulável no verso. • identificação no bolso superior composta pelo Brasão da PF, nome do Servidor e “SEPLAB/INC/DITEC” bordado em cores. O nome do Servidor e “SEPLAB/INC/DITEC” devem ser bordados na cor preta. • bordado na parte superior das costas: “PERITO CRIMINAL”, na cor preta. • bordado na manga esquerda: “Lab. de Análise de Traços”, na cor azul. 	1.346,60

3	comprida de cor branca	443245(tam.M)	G, GG	50	01 na altura do peito); <ul style="list-style-type: none"> • com aberturas laterais na altura da cintura para acessar bolsos da calça; • com faixa para cintura regulável no verso. • identificação no bolso superior composta pelo Brasão da PF, bordado em cores. O nome "SEPLAB/INC/DITEC" deve ser bordado na cor preta. • bordado na parte superior das costas: "PERITO CRIMINAL", na cor preta. 	3.500,00
---	------------------------	---------------	-------	----	---	----------

1.2. A presente contratação se enquadra na modalidade de dispensa de licitação, conforme art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com a atualização de valores listadas no Decreto nº 9.412, de 2018.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO

2.1.1. Face às normas gerais de biossegurança vigentes no Manual de Biossegurança da Organização Mundial da Saúde em ambientes laboratoriais, faz-se necessário o uso rotineiro de guarda-pós como parte dos equipamentos de proteção individual (EPI). No caso dos laboratórios de química forense, onde o risco de contaminação cruzada entre amostras é significativo, os guarda-pós utilizados devem dispor de algumas particularidades.

2.1.2. Além disso, é necessário que todos os membros do laboratório usem o mesmo padrão de guarda-pós durante o expediente, a fim de que a apresentação individual destes confira aos visitantes externos e internos uma impressão compatível com as instalações e trabalhos realizados por esta DITEC.

2.1.3. No SEPLAB/DPER/INC/DITEC é obrigatório o uso de jaleco nos laboratórios de análise por via úmida e nos laboratórios de análise instrumental, quando estiverem sendo manipuladas substâncias químicas, de acordo com o POP-I-SEPLAB-02 – Ambiente e Segurança, em conformidade com o Sistema de Gestão da Qualidade e acreditação na norma ISO/IEC 17025.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO NECESSÁRIO

2.3. O quantitativo proverá o SEPLAB/DPER/INC/DITEC de jalecos adequados por um período não inferior a dois anos, para todos os servidores, incluindo os recentemente removidos e para servidores em missão e alunos de cursos promovidos nos seus laboratórios.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os objetos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de objetos comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A vencedora fornecerá à chefia da unidade as medidas de cada tamanho (PP, P, M, G e GG) para que esta possa indicar a quantidade de cada tamanho a ser adquirida. O bordado do logotipo da PF seguirá as normas do "Manual de identidade visual e regras de aplicação", anexo a este projeto básico e deverá ter as medidas 7cm x 8,75cm. A lista com os nomes de usuários a serem bordados, quantidade a ser fornecida de cada item e o modelo do desenho na manga lateral serão fornecidos pelas chefias à vencedora. Antes da confecção total das peças, a vencedora enviará ao laboratório um exemplar de cada um dos quatro itens, como todos os bordados para a devida aprovação, após a qual o material deverá ser entregue em sua

totalidade em 30 dias úteis.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Instituto Nacional da Criminalística, SPO quadra 7, Lote 23, CEP 70610-200.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20(vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico.

5.2. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (TRINTA) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a

Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não continuidade da contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será finalizada a contratação em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6/100)/365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-------------------	--

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto é de baixo valor agregado.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução da contratação;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Projeto Básico.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 7.406,30.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA - DITEC/PF (11.07)

Unidade Orçamentária: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF (11.07)

Fonte: TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)

Plano Interno: OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2019 (PF99900AG19)

Programa Trabalho: 06.122.2112.2000.0001

Atenciosamente,

ÉLVIO DIAS BOTELHO
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Chefe do SEPLAB/DPER/INC/DITEC

DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Projeto Básico, devidamente motivado e em conformidade com art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Aprovo este Projeto Básico tendo em vista o mesmo atender ao disposto na legislação, para contratação por inexigibilidade, com fulcro no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico Científico
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 11/12/2019, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 12/12/2019, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13270422** e o código CRC **18A90787**.